

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CUT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 14/Set

DIESE

cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3050- Ano 2023

UNI global union

RIO GRANDE DO NORTE

Sindsecur participa de Encontro dos Vigilantes da Região Nordeste



Nesta quarta-feira, 13 de setembro, a diretoria do Sindsecur participou do Encontro dos Vigilantes da região Nordeste.

Um evento de extrema importância para debater pautas necessárias e específicas da região.

Durante o encontro os dirigentes das entidades sindicais puderam compartilhar

abertamente e individualmente sobre suas vivências, as lutas no cotidiano e como poderão, a partir de agora, unir forças para criar mecanismos de combate às propostas prejudiciais que afetam diretamente a categoria.



Estiveram presentes na mesa, Mônica presidente Interestadual dos vigilantes de Alagoas, Bahia e Sergipe, Jose Boaventura Presidente da CNTV, Souza Presidente do Sindicato dos vigilantes de Pernambuco, Clésio diretor da FINTERVIG e o presidente do FINTERVIG Aloísio.

Delegações presentes

Alagoas

Pernambuco

Petrolina

Bahia

Sergipe

Piauí

Rio Grande do Norte

Sindicato dos vigilantes de Campina Grande

SINDFORTE/RN

SINDFORTE/PB

No início do evento foi debatido sobre mobilizações unificadas a nível Nordeste, contra atitudes das empresas que atuam nos diversos Estados. Além disso, foram encaminhadas propostas como o mapeamento de contratos, criação da carta de princípios com a finalidade de mobilização Nordeste e discussão sobre a participação de lucros das empresas que tem atuação na bolsa de valores.

Também foram criadas estratégias sobre a importância da união dos vigilantes no Nordeste em relação a atos unificados e mobilizações nos contratos das empresas que descumprem com a convenção coletiva de trabalho.

Por fim os debates foram finalizados com discussão sobre as negociações salariais para unificar as pautas, lutando contra mentiras divulgadas pela patronal como a perda de postos de serviços.

Portanto, cada liderança sindical tem o desafio de levar para seu estado o que foi decidido via Nordeste para a campanha salarial.

O Sindsecur soma forças junto aos companheiros de todo Nordeste para fazer valer os direitos conquistados com muita luta e avançar cada vez mais nas conquistas.

Para nós trabalhadores resta a luta para termos uma Convenção forte, que garanta nossos direitos. Inclusive fazendo greve, se for o caso.

Estiveram presentes no evento os diretores do Sindsecur Marcio Lucena, Eriberto Teixeira, Allan Cardeck, Gerson Gomes, Ivanildo Praxedes, Luiz Carlos, Valtecy Ferreira e Flávio de Castro, além de Iran Marcolino assessor da CNTV.

Vale ressaltar, que a participação do Sindsecur teve apoio do Sindtêxtil, Sindhoteleiros/RN, Sindhoteleiros/zonaSul.

FONTE: Sindsecur RN

Manobra do governo Leite adia votação do projeto anticalote contra terceirizados



Representação de trabalhadores e parlamentares pedem a votação do projeto de lei | Foto: Divulgação

A direção do Sindivigilantes do Sul e representantes dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados das escolas acompanharam, na manhã desta terça-feira (12), a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado que deveria votar o Projeto de Lei (PL 324/19), do deputado Luiz Fernando Mainardi (PT), o chamado “projeto anticalote”.

No entanto, mais uma vez, a decisão foi adiada porque o deputado Edivilson Brum (MDB) pediu vistas da proposta, retardando a votação por mais uma semana.

Antes dele, os deputados Guilherme Pazin (PP) e Capitão Martin (Republicanos) haviam usado da mesma tática para impedir a aprovação do projeto que visa proteger os trabalhadores do calote das empresas contratadas pelo poder público, que fecham as portas sem pagar o que todos têm direito a receber.

“Isso é um desrespeito, é uma vergonha para a Assembleia Legislativa que isso aconteça. Vemos que há deputados sem nenhum compromisso com milhares de trabalhadores terceirizados que passam por graves dificuldades, porque não recebem nada do que têm direito por

causa de empresas caloteiras, como temos visto acontecer com frequência na nossa categoria”, disse o presidente do Sindicato, Loreni Dias.

Para garantir que os trabalhadores recebam, o PL de Mainardi determina, nos contratos de prestação de serviços aos órgãos públicos do Estado, que os valores referentes aos encargos trabalhistas das empresas contratadas, como férias, décimo-terceiro salário e multa do Fundo de Garantia (FGTS), devem ser retirados do valor do pagamento mensal do contrato e depositados em uma conta à parte, de banco público oficial.

O projeto diz ainda que os depósitos devem ficar em conta corrente vinculada, em nome da empresa, unicamente para essa finalidade, bloqueada para movimentação, e só poderá ser movimentada por autorização do órgão ou entidade contratante.

Parecer favorável

A proposta já teve o parecer favorável do relator, deputado Professor Bonatto (PSDB), e precisa ser aprovada na CCJ para depois passar pela Comissão de Segurança e Serviços Públicos, antes de ser votada no plenário da Assembleia.

A deputada Luciana Genro (PSOL), que integra a CCJ, também apresentou um projeto semelhante (PL 77/2023, de apoio aos terceirizados, que tramita em paralelo.

“Toda hora temos escândalos de falta de pagamento dessas empresas e ninguém faz nada para resolver, isso não pode continuar assim”, afirmou a presidente da Associação Unidos Terceirizados, Adriana Cunha, que representa o pessoal da limpeza e merendeiras das escolas públicas.

Apoio da CUT-RS e CPERS Sindicato

A CUT-RS também compareceu na sessão da CCJ, através da secretária de Formação, Maria Helena de Oliveira, e do secretário de Relações de Trabalho, Paulo Farias, apoiando a mobilização dos terceirizados, assim como a presidente do CPERS Sindicato, Helenir Aguiar Schürer, e a diretora do 39º Núcleo da entidade, Neiva Lazzarotto.

Mainardi confirmou que na próxima semana o PL volta à pauta da comissão para votação, mas ainda há o risco de um novo pedido de vistas por outro deputado da base aliada do governo Eduardo Leite (PSDB). Pode ser feito um pedido por bancada.

Mas o Sindivigilantes do Sul vai continuar mobilizado na busca da aprovação do projeto, disse Dias.

“Vamos nos reunir com a CUT e outras entidades de categorias terceirizadas para fortalecer esse movimento, não vamos desistir, cada vez mais nós vemos que precisamos de uma proteção anticalote para garantir que todos recebam os seus direitos”, concluiu o dirigente sindical.

Veja quem são os deputados titulares da CCJ

Capitão Martim – Republicanos
Carlos Búrigo – MDB
Cláudio Tatsch – PL
Delegada Nadine – PSDB
Delegado Zucco – Republicanos
Edivilson Brum – MDB
Frederico Antunes – PP
Luciana Genro – PSOL
Luiz Fernando Mainardi – PT
Marcus Vinícius – PP
Miguel Rossetto – PT
Professor Bonatto – PSDB

fonte: CUT-RS com Sindivigilantes do Sul

INFORME DIRETORIA

1- O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cícero Ferreira, participou de uma reunião, nesta terça-feira (12), com dirigentes da CUT Alagoas, representantes do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Musp), com o Superintendente da SRTE em Alagoas, @cicerofilho65, e com o representante da Comissão de Direito Sindical da OAB/AL, @kleber_santos_advogado.

O encontro foi para discutir a maior participação das instituições no acompanhamento dos problemas

relacionados ao meio ambiente de trabalho dos servidores públicos de Alagoas.

A CUT e os sindicatos que compõem o Musp querem aplainar a pauta de reivindicações dos trabalhadores do setor público estadual para além das questões econômicas. As organizações querem abordar a necessidade de recomposição da força de trabalho através da realização de concursos e abordar questões relativas à saúde e à segurança no trabalho da categoria.

Nesse sentido, o encontro foi muito bem avaliado. Segundo o Secretário de Comunicação da CUT, @vicenteoliveiras, “o diálogo permitiu reforçar a aliança e o compromisso na busca por melhorias”.

O Musp também definiu que fará um texto unificado dos diversos sindicatos representantes dos servidores estaduais para ser encaminhado à SRTE e OAB, além da realização de seminário para trabalhar medidas de fortalecimento dos servidores públicos e combate à precarização.



2- Os diretores do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas Maria Mônica, Genival Santos e Amauri Fabiano realizaram, nesta terça-feira (12), visitas à agência da Caixa Econômica Federal do Jaraguá e à concessionária da Toyota para cobrar a implantação dos assentos para os vigilantes em serviço.

A exigência está embasada na legislação trabalhista que assegura que “para as atividades em que os trabalhos são realizados de pé, devem ser colocados assentos para descanso em locais em que possam ser utilizados por todos os trabalhadores durante as pausas”.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE

ALAGOAS

Fonte: @alagoascut

Juíza condena empresa que limitava ida de vigilante ao banheiro

Ficando constatados a conduta do agente, o dano efetivamente sofrido e o nexos causal entre a ação e a lesão, o ordenamento brasileiro impõe a responsabilização civil do ofensor, que tem o dever de indenizar aquele a quem tenha causado dor e sofrimento físico e psíquico.



Vigilante era submetido a longos períodos de espera para ir ao banheiro
Reprodução

Com base nessa premissa, a juíza Claudia Tejada Costa, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista), determinou o pagamento de indenização por danos morais e a rescisão indireta do contrato de trabalho de um vigilante com uma empresa de segurança que o submetia a condições humilhantes durante o expediente, segundo o profissional.

De acordo com os autos, o vigilante enfrentou diversas situações constrangedoras

no trabalho, que causaram abalo psicológico e o deixaram em depressão. A principal delas era a restrição imposta pela empresa de segurança — que presta serviços a um condomínio — para as idas ao banheiro.

Segundo o empregado, ele era obrigado a esperar por longos períodos até que algum colega pudesse ficar em seu posto enquanto ele ia ao sanitário. Numa dessas ocasiões, a espera foi tamanha que ele chegou a urinar na calça — o que lhe rendeu a pecha de “mijão”.

O vigilante reclamou também da falta de proteção para o trabalho no ambiente que ele classificou como insalubre, devido ao vapor de lixo reciclado, além do fato de ter atuado com uniforme rasgado durante um plantão. Tudo isso o levou a ajuizar reclamação trabalhista pleiteando, entre outros pontos, indenização por danos morais, rescisão indireta do contrato de trabalho e responsabilização subsidiária do condomínio. Houve uma tentativa de conciliação, mas as partes não chegaram a um acordo.

Ao analisar o caso, a juíza Claudia Costa observou inicialmente que os testemunhos anexados aos autos convergiam no sentido da história contada pelo trabalhador. “Entendo, portanto, robustamente comprovado o

fato ensejador da situação vivenciada pelo reclamante causadora de constrangimento e grave sofrimento”, escreveu a magistrada ao conceder a indenização por danos morais, cujo valor ela fixou em R\$ 12,5 mil.

Decorrente da conduta ilícita e da falta grave cometida pela empregadora, tal decisão impõe o reconhecimento de que o desempenho da função se dava em ambiente sem condições mínimas, prosseguiu a juíza. Assim, ela determinou também a rescisão indireta do contrato de trabalho e o pagamento de saldo salarial, aviso prévio e férias vencidas.

Por fim, a juíza observou que a empresa de segurança e o condomínio mantinham contrato para prestação de serviços, motivo pelo qual ordenou também a responsabilização subsidiária do condomínio. “Saliento que não há benefício de ordem entre a busca dos bens dos sócios (da empresa) em relação aos bens da devedora subsidiária”, explicou a magistrada.

Atuou na defesa do vigilante a advogada Sirleide Porto, do escritório Terras Gonçalves Advogados.

FONTE: Revista Consultor Jurídico



SETEMBRO

Amarelo

VOOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO

**MÊS DE CONSCIENTIZAÇÃO
SOBRE TRANSTORNOS MENTAIS
E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO**

 **Confederação Nacional
dos Vigilantes**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF